RECONHECENDO O VALOR DOS PROFISSIONAIS ERCE

Pela Criação do Plano de Carreira para Engenheiros, Arquitetos, Economistas, Estatísticos e Geólogos do Poder Executivo Federal

Sindicato Nacional Dos Servidores Dos Cargos Específicos Do Poder Executivo Federal - SINAEG

O presente texto aborda a necessidade premente da implementação de um Plano de Carreira destinado aos profissionais que compõem a assim chamada “Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos” (ERCE): engenheiros, arquitetos, economistas, estatísticos e geólogos, no âmbito do Poder Executivo Federal.

A implementação de um Plano de Carreira para os profissionais da ERCE é uma demanda premente que ganha destaque no cenário do serviço público brasileiro. Esses servidores desempenham papéis cruciais para o desenvolvimento sustentável, infraestrutura, execução das políticas públicas e funcionamento da Administração Pública. No entanto, apesar de sua importância estratégica, esses profissionais enfrentam desafios significativos, desde a falta de reconhecimento até a disparidade salarial em relação a outras carreiras.

Neste contexto, a criação de um Plano de Carreira surge como uma medida essencial para valorizar e impulsionar o desenvolvimento profissional dos ERCEs, promovendo não apenas sua integração efetiva, mas também o progresso do serviço público e, consequentemente, da sociedade como um todo.

OS ERCE E SUA IMPORTÂNCIA

A Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos (ERCE) engloba profissionais altamente especializados e técnicos nos cargos de Arquitetos, Economistas, Engenheiros, Estatísticos e Geólogos no Poder Executivo Federal, conforme destacado pela Lei nº 12.277/2010. Diferentemente da maioria das estruturas de pessoal do Serviço Público Federal, para esses cargos é exigida graduação em ensino superior específica para cada um desses cinco cargos (os respectivos diplomas de bacharel e o registro nas suas recíprocas autarquias de fiscalização profissional (CAUs, CREAs, CORECONs, etc.).

Os profissionais que compõem os ERCEs são encontrados em diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, incluindo ministérios, autarquias, fundações públicas e agências reguladoras. Eles atuam em áreas como energia, transporte, habitação, meio ambiente, economia, planejamento urbano, entre outras, desempenhando funções essenciais para o desenvolvimento econômico-social do país e até no funcionamento básico do Estado. Assim, desempenham um papel crucial no planejamento, execução e monitoramento de projetos e políticas públicas relacionadas à infraestrutura, desenvolvimento econômico, gestão de recursos físicos públicos, governança dos recursos naturais e sustentabilidade, etc.

Silenciosos e desconhecidos do grande público, e muitas vezes negligenciados em termos de reconhecimento pela Alta Administração, e eclipsados por outras carreiras mais prestigiosas e com tabelas remuneratórias elevadas, os profissionais da ERCE desempenham um papel fundamental em diversas áreas-chave do governo federal. Seu trabalho é essencial para o funcionamento básico e regular dos órgãos públicos, desde a manutenção das instalações físicas até o gerenciamento e fiscalização de contratos administrativos. Mas não só. São os responsáveis pela análise de convênios e termos de cooperação para repasse de recursos e execução descentralizada de programas e projetos, bem como pela elaboração, implantação, execução e monitoramento de políticas públicas das mais variadas áreas, desde questões econômicas e ambientais, passando pelas sociais.

São eles que asseguram a execução eficiente do Programa de Aceleração do Crescimento (“Novo PAC”), planejando, executando e fiscalizando obras de infraestrutura em todo o país. Os ERCEs estão envolvidos no planejamento e na execução de projetos habitacionais em todo o país (“Programa Minha Casa, Minha Vida”), garantindo o acesso à moradia digna para milhões de brasileiros. Na busca por fontes de energia limpa e sustentável, como no Programa de Desenvolvimento de Energias Renováveis, os profissionais da ERCE desempenham um papel fundamental no planejamento e na implantação de projetos de energia solar, eólica e outras fontes renováveis.

Essencial para a saúde pública e o desenvolvimento humano, o Programa Nacional de Saneamento Básico, conta com a expertise dos ERCEs na elaboração e execução de projetos de abastecimento de água, tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos. Os profissionais da ERCE ainda estão no Projeto de Expansão e Modernização de Infraestrutura de Transporte, sendo responsáveis pelo planejamento e pela supervisão de obras de ampliação e modernização de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos em todo o território nacional.

Os ERCEs podem estar envolvidos na análise de dados e estatísticas para identificar áreas de maior vulnerabilidade social, contribuindo para a identificação e inclusão de famílias elegíveis no programa, tais como no Programa Bolsa Família. Ainda estão na busca por soluções de infraestrutura e habitação adequada para comunidades carentes, os profissionais da ERCE participam do planejamento e execução de projetos de urbanização de favelas, visando melhorar as condições de moradia e acesso a serviços básicos.

Os ERCEs são os responsáveis pela elaboração de projetos de agricultura familiar e segurança alimentar, promovendo o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis para comunidades em situação de vulnerabilidade. E em regiões onde o acesso à água potável é limitado, os profissionais da ERCE estão envolvidos no planejamento e na implementação de projetos de abastecimento de água, garantindo o acesso a esse recurso essencial para a saúde e o bem-estar da população.

AS VANTAGENS DE DAR AOS ERCEs UM PLANO DE CARREIRA

Passados quase quinze anos desde a promulgação desta lei, os profissionais ERCE enfrentam uma série de desafios que afetam diretamente sua atuação e reconhecimento no contexto do serviço público. Inicialmente indistintos ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), mas destacados pelo Capítulo VII da Lei nº 12.277/2010, os servidores públicos federais desses cinco cargos específicos de infraestrutura, desenvolvimento e investimento público clamam por uma estrutura mais alinhada às suas necessidades. Um dos principais problemas enfrentados pelos integrantes da ERCE é a sobreposição com outras carreiras, muitas vezes resultando em conflitos de competências e atribuições. Além disso, a falta de regramento próprio mesmo sobre atividades que exigem responsabilidade técnica contribui para a falta de clareza e direcionamento em relação ao seu papel dentro dos órgãos governamentais.

A dispersão entre os diversos órgãos também é um obstáculo, dificultando a integração e colaboração entre os profissionais da ERCE e impactando negativamente na eficiência e eficácia de suas atividades. Os profissionais da ERCE enfrentam ainda uma disparidade salarial significativa quando comparados a cargos assemelhados tanto no setor público quanto no setor privado. Em muitos casos, os servidores dessas profissões recebem salários abaixo do piso estabelecido pelos conselhos profissionais e também abaixo do que é praticado no mercado privado para profissionais com habilidades e qualificações semelhantes. Essa defasagem não apenas desmotiva os ERCE, mas também compromete a capacidade do governo de atrair e reter talentos qualificados nessas áreas essenciais.

E ainda, preservando os cinco cargos originais da ERCE - arquitetos, economistas, engenheiros, estatísticos e geólogos -, o plano de carreira reconhece a importância e a especificidade dessas profissões, garantindo a continuidade e o reconhecimento das competências individuais de cada uma delas. O plano de carreira também ofereceria trilhas de conhecimento e qualificação comuns aos cinco cargos, bem como específicas para cada um deles, permitindo o desenvolvimento de competências especializadas em áreas de interesse comum e transdisciplinar, mas garantindo a valorização das habilidades distintas de cada profissão. A proposta deve conferir características de uma “carreira transversal”, isto é, permitindo que os servidores atuem em diferentes órgãos do governo federal. Essa flexibilidade de alocação será baseada em competências individuais e formação complementar, proporcionando mobilidade e adaptabilidade dos profissionais da ERCE em diversos contextos e projetos, requisitos técnicos e as necessidades estratégicas de estado do momento.

Por fim, a proposta não se limita à criação de um plano de carreira isolado, mas busca integrar esses profissionais a um ciclo de carreira mais amplo, voltado especificamente para a infraestrutura, promovendo uma abordagem mais abrangente e coordenada para o planejamento e execução de projetos de desenvolvimento sustentável, infraestrutura e investimento público.

Em suma, a transformação dos ERCEs em um plano de carreira, equiparando-os aos demais servidores do ciclo de infraestrutura, não apenas reconhece a importância desses profissionais, mas também promove uma gestão mais eficiente dos recursos humanos do governo federal, contribuindo assim para o progresso sustentável do país.

POR UM PLANO DE CARREIRA E TABELA JUSTA JÁ!

Em síntese, a jornada em direção à instituição de um Plano de Carreira para os profissionais da Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos (ERCE) reflete a urgência de reconhecer sua relevância e assegurar sua valorização dentro do serviço público. A constatação de desafios como sobreposição de competências, dispersão entre órgãos e disparidade salarial aponta para a necessidade premente de uma estrutura mais alinhada às demandas específicas desses profissionais.

Além disso, a proposta de um Plano de Carreira oferece uma série de vantagens cruciais. Ao preservar os cinco cargos originais da ERCE e proporcionar trilhas de conhecimento comuns e específicas, o plano reconhece a importância e a singularidade de cada profissão, promovendo o desenvolvimento de competências especializadas em áreas de interesse comum. A flexibilidade de alocação baseada em competências individuais também possibilita maior mobilidade e adaptabilidade, garantindo uma abordagem abrangente para o planejamento e execução de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

Por fim, a criação do Plano de Carreira não apenas reconhece a importância estratégica dos profissionais ERCEs, mas também representa um compromisso renovado com o avanço do serviço público e o progresso do país. Ao investir no desenvolvimento e valorização desses talentos, estamos fortalecendo não apenas as instituições governamentais, mas também a capacidade do Estado de atender eficazmente às demandas da sociedade brasileira, promovendo um futuro mais justo e próspero para todos.